

A. I. Nº - 232939.0220/03-3
AUTUADO - MANUFATURA IND. COM. E REP. DE VESTUÁRIO LTDA.
AUTUANTES - MARIA ROSALVA TELES e JOSÉ SÍLVIO DE OLIVEIRA PINTO
ORIGEM - INFAZ VITÓRIA DA CONQUISTA
INTERNET - 10.06.03

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0197/01.03

EMENTA: ICMS. INSCRIÇÃO CADASTRAL. CONTRIBUINTE COM INSCRIÇÃO CANCELADA. MERCADORIAS EM TRÂNSITO. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Feita prova do deferimento do pedido de reinclusão da inscrição cadastral no sistema em data anterior à ação fiscal. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado pela fiscalização do trânsito de mercadorias em 17/2/03, acusa a entrada de mercadorias destinadas a contribuinte com a inscrição estadual cancelada. ICMS lançado: R\$ 1.864,09. Multa: 100%.

O autuado apresentou defesa dizendo acreditar que teria havido alguma falha no sistema informatizado da Secretaria da Fazenda, haja vista que em 17/2/03 ainda registrada a inscrição como cancelada, pois a sua reinclusão foi deferida em 12/2/03 (juntou comprovante).

A defesa reclama da tipificação legal do fato e da multa de 100% que lhe foi aplicada.

Protesta que é ilegal a retenção de mercadorias pelo fisco, quando sua liberação é condicionada ao pagamento de débito fiscal, havendo, assim, neste caso, abuso de poder. Fundamenta o seu protesto na Súmula 323 do STF.

Requer a improcedência do lançamento.

A auditora que prestou a informação contrapõe que o autuado não tem razão, apesar de ter provado o deferimento do pedido de reinclusão de sua inscrição cadastral em 12/2/03, tendo em vista que uma das Notas Fiscais objeto da autuação foi emitida um dia antes e a outra foi emitida no mesmo dia do aludido deferimento, de modo que apenas deve ser excluída a Nota Fiscal cuja data coincide com a do deferimento.

Quanto à multa de 100%, a informante considera que esta é prevista na lei.

No tocante à apreensão das mercadorias, comenta que coube o ônus de fiel depositária à empresa transportadora, podendo as mercadorias serem liberadas sob condição.

Opina pela manutenção parcial do lançamento.

VOTO

O presente Auto de Infração foi lavrado porque o emitente da Nota Fiscal que acobertava o trânsito da mercadoria se encontrava com a inscrição cancelada.

A defesa suscita uma questão que precisa ser analisada como preliminar. Reclama do fato de as mercadorias terem sido apreendidas, lembrando que, nos termos da Súmula 323 do STF, é ilegal a

retenção de mercadorias pelo fisco, quando sua liberação é condicionada ao pagamento de débito fiscal.

O RICMS/97, no art. 945, torna patente o objetivo da apreensão, ao dizer que esta constitui um procedimento fiscal destinado a “documentar a infração cometida, para efeito de constituição de prova material do fato”. Desse modo, o Regulamento não fere a aludida súmula da Corte Maior. Ilegal é a apreensão feita visando a coagir o sujeito passivo a pagar o débito. A apreensão é feita apenas para que, mediante a lavratura do termo próprio, o fato fique materializado numa prova documental. Porém, uma vez lavrado o Termo de Apreensão, as mercadorias devem ser liberadas, observados os procedimentos dos arts. 946 e 947. A manutenção dos bens em poder da repartição constitui exceção, quando o interessado não providencia a liberação, nos termos dos dispositivos supramencionados.

Outro aspecto suscitado pela defesa diz respeito à multa, já que os autuantes indicaram a pena de 100% do valor do imposto. A multa de 100% realmente existe, mas para outras situações. De acordo com disposição expressa do art. 42, II, “d”, da Lei nº 7.014/96, nos casos de antecipação tributária, “nas hipóteses regulamentares” – e esta é uma delas, pois do contrário não estaria sendo exigido o imposto a esse título – a multa é de 60%.

Quanto ao mérito propriamente dito da autuação, observo que o Auto de Infração foi lavrado no dia 17/2/03. Ocorre que o autuado fez prova de que desde o dia 12/2/03 já se encontrava deferido o pedido de reinclusão de sua inscrição cadastral no sistema. São irrelevantes as considerações da auditora que prestou a informação quanto às datas de emissão dos documentos fiscais.

Voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **232939.0220/03-3**, lavrado contra **MANUFATURA IND. COM. E REP. DE VESTUÁRIO LTDA**.

Sala das Sessões do CONSEF, 4 de junho de 2003.

CLARICE ANÍZIA MÁXIMO MOREIRA – PRESIDENTE

JOSÉ BEZERRA LIMA IRMÃO – RELATOR

MÔNICA MARIA ROTERS – JULGADORA